



GEOGRAFIA E ARQUEOLOGIA: UMA VISÃO DO CONCEITO DE RUGOSIDADES DE MILTON SANTOS

Geography and Archaeology: an overview of the concept of roughness as defined Milton Santos.

Anderson Sabino¹
Robson Simões²

RESUMO

Neste trabalho trazemos reflexões que partem dos conceitos de *espaço* e *rugosidade* elaborados pelo renomado geógrafo brasileiro Milton Santos³ (1926-2001). Tais reflexões buscam contribuir para alavancar a construção de pontes que conectem de forma produtiva e permitam estabelecer frutífera interdisciplinaridade entre Geografia e Arqueologia.

Palavras-Chave: Geografia; Arqueologia; Milton Santos.

ABSTRACT

In this paper we address the concepts of *space* and *spatial roughness* developed by the renowned Brazilian geographer Milton Santos (1926-2001). Our main purpose is to leverage the building of bridges that connect effectively Geography and Archeology allowing a productive interdisciplinary relationship for both sciences.

Keywords: Geography, Archaeology, Milton Santos

RESUMEN

Este trabajo aporta reflexiones que parten de los conceptos de espacio y rugosidad producidos por el renombrado geógrafo brasileño Milton Santos (1926-2001). Estas reflexiones tienen como objetivo impulsar la construcción de puentes para conectar de manera productiva y establecer fructífera interdisciplinariedad entre la Geografía y la Arqueología.

Palabras clave: Geografía, Arqueología, Milton Santos

¹ Graduando em Geografia – Instituto de Geociências – UNICAMP anderson.sabino@ige.unicamp.br

² Graduando em Geografia – Instituto de Geociências – UNICAMP robson.simoes@ige.unicamp.br

³ Milton Santos foi professor da Universidade de Paris, Sorbonne, Universidade de Toronto, Canadá, Columbia University, Nova York e USP. Foi Diretor da École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. Escreveu mais de 40 livros e publicou cerca de 300 artigos. Em 1994, conquistou o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud, equivalente ao Nobel de Geografia. Recebeu título de Doutor Honoris Causa de várias universidades do Brasil e do mundo.



Introdução

Entre os muitos focos comuns de pesquisa que aproximam Geografia e Arqueologia estão os objetos do espaço, que podem ser considerados patrimônio, e participam da busca por conhecimentos socioculturais em perspectiva histórica⁴. Se a Arqueologia tem como objeto de pesquisa imediato a cultura material de sociedades humanas (FUNARI, 2006), presume-se que cada evidência concreta tenha uma localização e um contexto espacial *in situ*.

Desse modo, sendo o espaço, em sua forma e conteúdo, objeto de estudo da Geografia, não é de se surpreender que Arqueologia e Geografia possuam amplas áreas compartilhadas de pesquisa e contribuição científica, sendo atualmente um dos campos mais dinâmicos de exploração e exemplo possível de interdisciplinaridade exitosa.

O objetivo desse trabalho é discutir o conceito de *rugosidade* utilizado pela Geografia miltoniana e, a partir da sua conceituação, refletir sobre interfaces comuns entre Geografia e Arqueologia que possam gerar contribuições frutíferas e efetivas para ambas as ciências.

Com estrutura segmentada em três pilares, o presente texto aborda inicialmente conceitos essenciais do pensamento geográfico que embasam a ideia de rugosidade formulada por Milton Santos; em seguida, aprofunda e discute este conceito; por fim, reflete sobre os enfoques da Geografia e Arqueologia relacionados ao conceito de patrimônio.

Milton Santos

Como ciência em constante desenvolvimento, a Geografia vem buscando avançar na lapidação de seus objetos e objetivos. No curso deste caminho, muitos foram os que contribuíram para seu avanço, entre eles, destaca-se o geógrafo brasileiro Milton Santos, conceituado pensador de questões fundamentais desta disciplina, como a determinação precisa do objeto de estudo da Geografia, sua epistemologia e também a definição de espaço geográfico.

Para este autor, a Geografia deve ocupar-se da análise dos sistemas de objetos e sistemas de ações, que são inseparavelmente aliados ao tempo e compõem o espaço geográfico que é o objeto de estudo da ciência geográfica. Sua principal ferramenta metodológica é o estudo da técnica (SANTOS, 2012).

⁴ Milton Santos busca uma “epistemologia geográfica de cunho historicista e genético” (2012: 49).



A técnica, diversa em suas particularidades, mas uma enquanto fenômeno, registra no espaço seus diferentes momentos embutida no trabalho humano realizado, permitindo a reconstituição de seu processo formador.

Nesse sentido, a noção de rugosidade tem papel importante, pois auxilia na identificação das técnicas e conjunturas sociais de tempos precedentes, figurando assim como uma ponte de diálogo entre a Geografia e a Arqueologia. Na definição de Santos:

Chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. (SANTOS, 2012: 140).

Sendo posicionado analiticamente por Milton Santos como interno ao espaço geográfico, o conceito de rugosidade reflete a coexistência, no tempo presente, de elementos de diferentes idades. As rugosidades são as feições moldadas num tempo anterior e que mantém-se impondo às ações atuais suas possibilidades enquanto construções espaciais.

O espaço geográfico

O espaço é o conceito fundamental para a Geografia. Com o objetivo de facilitar e alinhar o entendimento sobre esse conceito, exploraremos a seguir os elementos que o compõem e como suas relações são concatenadas.

As análises geográficas focam, antes de tudo, as relações entre as ações e objetos realizadas pelo homem social no e através do espaço. Logo, são essencialmente distintas da visão da economia, que o entende como receptor de fluxos, ou da matemática, que o enxerga sob o ponto de vista da geometria, relacionado com distâncias, polígonos, limites e extensões.

Por conta das demandas de uma realidade complexa e dinâmica, as construções epistemológicas da Geografia têm sido aprimoradas objetivando construir um abrangente conceito de espaço que compreenda a diversidade e movimentos constantes do período atual.

Em vista disso, torna-se necessário elaborar um conjunto de ideias, categorias e conteúdo a partir do espaço, tarefa complexa levada a cabo por Milton Santos. O geógrafo brasileiro (2009: 10) aponta que “a própria metodologia deve ser renovada constantemente, senão a realidade lhe escapa (...) [e ressalta que] analisar um fenômeno novo com uma metodologia ultrapassada equivale a deformar a realidade, e isso não conduz a parte alguma”.

Sincronizado com a atualidade, o espaço geográfico é dinamicamente modificado pela sociedade de acordo com seus interesses, desse modo, a sociedade é um reflexo do seu espaço, assim como o espaço é um reflexo da sua sociedade (MOREIRA, 2011).

Para Santos (2012: 63), o espaço é “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

Portanto, é sob uma visão sistêmica e de *totalidade* que o espaço deve ser analisado, sua importância é detalhada por Milton Santos (2012: 115) ao afirmar que esta é uma noção “das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo um elemento fundamental para o conhecimento e análise da realidade. Segundo essa ideia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade”.

O entendimento do todo suporta as análises geográficas, as coisas são partes do todo, mas “a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes” (SANTOS, 2012:115).

De maneira dinâmica e constante a totalidade se redefine, esse movimento é denominado totalização. A totalidade é resultado do processo de totalização. Ela está submetida a esse incessante processo que a faz continuamente inacabada (SARTRE, 1972). Assim, permanentemente incompleta, abriga incontáveis totalidades parciais, retratando, portanto, um resultado instantâneo e pontual, sempre inconcluso das ações de totalização.

A análise local deve, com isso, reportar-se constantemente ao todo e do todo verificar o que de implícito lhe influencia. A compreensão se dará nesta investigação multiescalar, consideração fundamental para o uso do conceito de rugosidades que aqui se pretende.

Sistemas: objetos, ações e história

Pensando sob uma perspectiva relacional, os conceitos associados ao espaço, quando considerados dentro de um contexto e em conjunto, formam uma base teórica e metodológica a partir da qual é possível discutir os fenômenos espaciais em uma totalidade e seus fundamentos.

Desse modo, conectados à ideia de totalidade estão os objetos e ações, seus sistemas são novas totalidades que compõem a totalidade em contínuo movimento, o que foi designado por Milton Santos como espaço (SANTOS, 2012).

Sendo assim, os objetos, que em conjunto com as ações formam o espaço geográfico, são “tudo o que existe na superfície da terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se objetivou. Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida” (SANTOS, 2012: 72). As cidades, barragens, edifícios, instrumentos, veículos, entre outros, são exemplos de objetos.

Complementarmente, os objetos devem existir como sistemas e não como massas estocadas, eles são úteis ao homem, podendo ser simbólicos ou funcionais e só têm sentido se associados às ações e vice versa. Ademais, objetos sempre carregam discursos e simbolismos.

A ação é um fato humano, necessita de projeto, intenção, pois depende do objetivo e da finalidade com a qual é praticada, e nisso o homem é único. “As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas, as instituições” (SANTOS, 2012: 82).

Além disso, ações podem conter também a racionalidade alheia, sustentada por técnica e ciência e depositada em objetos técnicos que possuem as finalidades em si, os executores são, dessa maneira, alienados do processo decisório, podendo dar-se de homem para homem e de lugar para lugar.

As necessidades naturais ou criadas são origem das ações, as quais levam às funções. “Essas funções, de uma forma ou de outra, vão desembocar nos objetos. Realizadas através de formas sociais, elas próprias conduzem à criação e ao uso de objetos” (SANTOS, 2012: 83).

Continuamente, os “sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes” (SANTOS, 2012: 63). Ou seja, quando não está criando objetos, o homem age sobre a história cristalizada, herdada do passado.

Abordando de maneira sintética, a forma é a aparência do objeto, que pode se organizar, formando um arranjo, um padrão espacial. A função representa uma tarefa, atividade ou papel a ser realizado pelo objeto. A estrutura é o modo como os objetos estão inter-relacionados entre si, não é, portanto, visível, é implícita à forma, sendo um tipo de fonte que gera as formas. O processo se constitui em uma estrutura em transformação, sendo ação que ocorre continuamente visando um resultado qualquer, implicando tempo e mudança.



Assim, os objetos se constituem nas formas do espaço, são as formas espaciais. Por outro lado, as ações, são o conteúdo que a sociedade produz. Vinculadas por uma relação direta, quando modifica o espaço, a sociedade por consequência também se modifica.

Sob o efeito das forças da modernização, quase sempre associadas aos interesses do capital global, as formas de um período específico do passado, que possuíam uma finalidade específica, podem ter sua função inicial modificada pelo tempo. São essas formas que Milton denomina de *rugosidades*.

Sendo marcas impressas no espaço, deixadas por ações ocorridas em tempos pretéritos, as *rugosidades* produzem conflito entre o novo e o antigo, estabelecendo uma relação de oposição e fricção, alvo de estudos da história, Arqueologia e Geografia.

Espaço e paisagem: estruturando ligações

A Arqueologia utiliza amplamente o conceito de paisagem em suas análises, (PELLINI, 2007), a Geografia também o emprega e o diferencia do conceito de espaço.

Milton Santos elabora essa distinção entendendo que o espaço é sempre atual e social, pois contém as funções exercidas pelos seres vivos e as materialidades. A paisagem seria uma parte do que foi efetivamente construído em diferentes momentos da história e que deixa aparentar a morfologia e as diferentes idades dos objetos no momento da observação.

O autor pontua que a paisagem não interage com a sociedade, mas sim o espaço o faz, já que “a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social” (SANTOS, 1982: 10). Como resultado, a paisagem⁵ representa para Milton, “o espaço humano em perspectiva” (2012: 106).

A paisagem, cada vez mais artificializada, é também obra social, mas não permite, por si só, a apreensão do conteúdo social passado ou atual. Para isso seria necessário um estudo das técnicas, das ações e funções, analisáveis a partir do espaço.

Em seu esforço de distinguir espaço e paisagem, Santos destaca o caráter da paisagem de não ultrapassar o limite do visível, “a rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão” (SANTOS, 2012: 103). Portanto, o território seria uma categoria do espaço, um dado, que com suas formas artificiais ou naturais compõe as áreas (SANTOS, 2012).

⁵ Milton (2012) dá exemplo de uma cidade caso fosse bombardeada por uma bomba de nêutrons aniquiladora, antes seria espaço, após a explosão seria apenas paisagem.



Contudo, o autor ressalta que é possível identificar funcionamento na paisagem. Como são as formas que efetivam, possibilitam e condicionam as ações no espaço, a paisagem guarda esses movimentos, sempre do passado, de forma cristalizada, sendo “testemunha da sucessão dos meios de trabalho, um resultado histórico acumulado” (SANTOS, 2012: 107). É nesse ponto que as rugosidades devem servir de ferramenta.

Santos (2012) afirma que o estudo geográfico não pode desconsiderar a paisagem, pois ela é a demonstração do processo de totalização realizado num determinado instante.

Além dela, interessa ao geógrafo o movimento atual, as funções exercidas no presente espaço, já para o arqueólogo, o vital será enxergar e aprofundar os processos e configurações sociais do passado a partir dos objetos desse mesmo passado que atravessaram os tempos (SANTOS, 2012). O apoio teórico sobre as rugosidades do espaço geográfico podem auxiliar nesta empreitada.

Rugosidades do espaço

Milton Santos reciclou o conceito de rugosidade a partir das ideias do geomorfólogo francês Jean Tricart⁶ (1920-2003) que foi seu orientador no período que estudou na França.

O autor aponta que muitos geógrafos já usavam a noção de rugosidade do espaço - “expressão criada por Tricart para a geomorfologia” (SANTOS, 2009: 72), para reforçar a ideia de resistência da concretude preexistente às forças de superposição.

As rugosidades seriam produtos de legados históricos exibidas em suas formas, entendê-las é essencial "porque elas são o envoltório inerte dos instantes que marcam a evolução da sociedade global, mas, igualmente, a condição para que história se faça" (SANTOS, 1982: 42).

Desta maneira, são enxergáveis depoimentos físicos que a história nos presta, pois as “formas antigas permanecem como a herança das divisões do trabalho no passado e as formas novas surgem como exigência funcional da divisão do trabalho atual ou recente. (SANTOS, 1982: 42).

As rugosidades do espaço carregam a inscrição dessas realizações passadas, trazendo a possibilidade de conhecimento, não sozinha, dos responsáveis pelos processos e possuidores do poder construtivo, a disponibilidade histórica de mais-valia e seus detentores, enfim,

⁶ Jean Tricart, geógrafo francês, doutor pela Universidade de Paris I, tem reconhecida importância para o desenvolvimento da Geografia. Foi especialmente pelos trabalhos em Geomorfologia e EcoGeografia que Tricart ganhou expressão mundial. O geomorfólogo era muito admirado e considerado por Milton Santos, juntos realizaram diversos trabalhos na área de Geografia aplicada.

uma gama de informações a respeito de conjunturas anteriores, inclusive porque “não podem ser apenas encaradas como heranças físico-territoriais, mas também como heranças socioterritoriais ou sociogeográficas” (SANTOS, 2012: 43). Ademais, no presente:

O meio ambiente construído constitui um patrimônio que não se pode deixar de levar em conta, já que tem um papel na localização dos eventos atuais. Deste modo, o meio ambiente construído se contrapõe aos dados puramente sociais da divisão do trabalho. Esses conjuntos de formas ali estão à espera, prontos para eventualmente exercer funções, ainda que limitadas por sua própria estrutura. (SANTOS, 2012: 141)

Para o autor, o meio ambiente é o meio de vida do homem, é a natureza unificada pela história e mediada pela técnica, sendo o meio transformado, diferente do conceito muitas vezes empregado pelos ambientalistas (SANTOS, 1995). Segundo Milton, o meio ambiente construído constitui-se patrimônio da humanidade, um pertence constantemente remodelado e transformado, abrangendo os objetos que constituem o espaço e condicionando as ações que sobre ele serão exercidas.

Portanto, as rugosidades, como formas, fazem parte do meio ambiente construído, fração do sistema de objetos do espaço que atestam as marcas particulares da cultura, trabalho, sociedade, economia e tecnologia do momento histórico em que foram criadas, daí ser possível categorizá-las não somente pelos aspectos físicos que apresentam, mas, sobretudo, pelas relações que as interconectam ao seu passado histórico.

A condição para a existência aponta para o concreto, “é a materialidade – objetos e corpos – que acaba por ser, em cada lugar, a única garantia” (SANTOS, 2012: 226). É principalmente ao nível do lugar que o homem cria identificação com os objetos. Esta territorialidade é fundamental para formação de sua consciência. As rugosidades do espaço incorporam esta questão, dependem da valorização para terem sua existência respeitada pelas intervenções futuras.

Tempos acelerados

Há um quadro de [Paul] Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso. (Walter Benjamin, 1994: 226)

Como messianicamente expõem W. Benjamin⁷, as ações de modernização confrontam incisivamente as formas espaciais de tempos pretéritos, as rugosidades. Estas limitam geograficamente as ações impostas pelos avanços e inovações que são decorrentes da aceleração crescente da história e da mundialização, configurando-se assim como mais uma componente do campo de forças que é o espaço geográfico.

Santos associa o estudo das rugosidades ao estudo da paisagem, que sob efeito das dinâmicas modernizantes passa a conter as múltiplas e novas camadas que são produzidas pelas forças inovadoras. Essas camadas são gradativamente mais comprimidas e geradas em número cada vez maior, porém ainda que esse processo seja agudo, ao contrário da visão de Benjamin, as rugosidades não são eliminadas.

Como remanescentes, as rugosidades são justamente essas formas que sobrevivem à sucessão do tempo e, como já visto, nos contam sobre as divisões do trabalho e sua respectiva carga técnica:

Em cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença dos restos de divisões do trabalho anteriores. Isso, aliás, distingue cada lugar dos demais, esta combinação específica de temporalidades, diversas. (...) O tempo da divisão do trabalho vista genericamente seria o tempo do que vulgarmente chamamos de 'modo de produção'. (...) As manifestações temporais e espaciais dessas divisões do trabalho sucessivas são tanto mais eficazes e visíveis quanto mais o tempo se divide (SANTOS, 2012: 136)

Enxergando esse cenário, Milton faz analogia com a Arqueologia, apontando que “o estudo da paisagem pode ser assimilado a uma escavação arqueológica” (1997: 55).

Sob essa ótica, explica a dinâmica entre os estratos da paisagem como intercorrências temporais: “Em qualquer ponto do tempo, a paisagem consiste em camadas de formas provenientes de seus tempos pregressos, embora estes podem ter sofrido mudanças drásticas (...) Assim, se a forma é propriamente um resultado, ela é também fator social” (SANTOS, 1997: 55).

Em vista disso, a análise das camadas que compõem o palimpsesto da paisagem pesquisada demonstra-se vital para o entendimento das reorganizações do espaço e das forças que nele atuaram e atuam. Em constante metamorfose, o espaço se reestrutura e se adapta às novas finalidades que as formas pretéritas adquirem, além de modificar as dinâmicas, as ideologias e fluxos de produtos, produzindo, dessa maneira, novas espacialidades, novas formas.

⁷ O filósofo alemão e crítico literário Walter Benjamin (1892-1940), comprou em 1921 o quadro *Angelus Novus* do próprio Paul Klee (1879-1940), pintor e artista gráfico suíço. (BENJAMIN, 1994)



Em sua teorização, Milton Santos preocupou-se igualmente em resolver o problema da dualidade espaço-tempo. Esses conceitos já haviam se tornado inseparáveis pela física, mas a Geografia não dispunha de método capaz de evidenciar essa realidade.

Milton, então, lança mão das técnicas como o fator suficiente para unir o espaço e o tempo efetivamente, “de um lado, dão-nos a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham” (SANTOS, 2012: 54).

Esta materialidade toma forma pelas técnicas contidas no processo de trabalho realizado pelo homem e apresenta-se em tempos posteriores, após mudanças de seu conteúdo e funções, como rugosidades do espaço.

Partindo do princípio de que “o trabalho realizado em cada época supõe um conjunto historicamente determinado de técnicas” (SANTOS, 2012: 56), é possível então identificar no decorrer da história suas materializações e variações com auxílio das rugosidades, redescobrimo as técnicas de construção, produção, sociabilidade e outras.

Portanto, rugosidades são registros de ações de um passado multifacetado, realizado no espaço e que só fazem sentido, quando analisadas dentro do contexto espaço-social em sua totalidade, constituem-se condições das possibilidades reais no presente.

Pontes de diálogo entre geografia e arqueologia

“O conhecimento, ao se fragmentar analiticamente para penetrar nos entes, separa o que organicamente está articulado” (LEFF, 2004).

As pontes que ligam a Geografia com a Arqueologia são inexoráveis. Ambas necessitam de análises interdisciplinares, ambas analisam o patrimônio cultural (SILBERMAN, 2007), este, por possuir uma dimensão espacial que é parte essencial de sua identidade, é um dos focos de estudo da Geografia Cultural, sendo analisada por especialistas como James Duncan, Denis Cosgrove e Stephen Daniels, além de pensadores atuais como David Harvey.

O patrimônio cultural, sendo material, imaterial ou natural, está vinculado, sobretudo, à diversidade cultural, “o que faz com que o conceito de Patrimônio Mundial seja excepcional é sua aplicação universal. Os sítios do Patrimônio Mundial pertencem a todos os povos do mundo, independentemente do território em que estejam localizados” (UNESCO, 2013).



Aline Vieira de Carvalho e Paulo Funari reafirmam a importância do patrimônio: “no contexto da acessibilidade, os patrimônios materiais e mesmo os imateriais adquirem extrema força simbólica. Escolhidos por determinados grupos sociais, esses patrimônios tornam-se representações de tempos, espaços e acontecimentos específicos” (2010: 11).

A Geografia, em especial uma de suas ramificações, a Geografia Cultural, aborda o patrimônio sob a perspectiva do espaço, pois toda análise sobre o patrimônio cultural necessita de uma análise espacial.

Nesse sentido, a ideia de rugosidade se associa analogamente com o conceito de patrimônio que é intrínseco à noção de espaço. A Arqueologia enfoca e valoriza as formas espaciais que se apresentam, para delas obter os conteúdos que cercaram sua construção.

Com esse desejo, a noção de rugosidade, relacionada com heranças visíveis que informam sobre situações sociais, condições técnicas do passado e “tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (SANTOS, 2012: 140) pode contribuir em grande medida nas análises relacionadas ao patrimônio.

Os estudos associados ao levantamento de patrimônios materiais e imateriais levam em conta seus territórios, pois é no espaço que se concretiza a noção de tombamento.

Adicionalmente, quando analisado pela Geografia, esse processo histórico e político de seleção de bens e paisagens é pensado sob a ótica de produção do espaço, e as formas de apropriação e de valorização do território.

Outras pontes conectam Geografia e Arqueologia no que se refere aos estudos do patrimônio. Além dos estudos geomorfológicos e de relevo, nas últimas décadas tem crescido o suporte da Geografia em pesquisas que demandam análises baseadas em sistemas de informação geográfica (SIG), que são apoiados por imagens de satélites de sítios arqueológicos e também técnicas de georreferenciamento, documentação cartográfica e geotecnologias para suportar o planejamento de sítios históricos, territórios e cidades com patrimônio cultural destacado.

Considerações finais

Geografia e Arqueologia somente podem ser entendidas dentro de um contexto histórico e social. Contudo, é importante destacar que “os geógrafos trabalham também com os objetos do presente” (SANTOS, 2012: 73), preocupando-se com as possibilidades atuais de mudanças físicas e funcionais, sem perder de vista a indissociabilidade entre objetos e ações.



Para Funari, a Arqueologia “estuda os sistemas socioculturais, sua estrutura, funcionamento e transformações com o decorrer do tempo a partir da totalidade material transformada e consumida pela sociedade” (2006: 16). Tendo como objetivo “a compreensão das sociedades humanas e, como objeto de pesquisa imediato, objetos concretos” (2006: 16).

Segundo Rivers, Knappett e Evans (2011: 6), Arqueologia visa compreender “relações espaciais. [E] A própria atividade de examinar as correlações espaciais da estrutura social inicial tem um positivo efeito de levantar problemas importantes em termos gerais e simples”.

Assim, a Arqueologia tem como foco a compreensão do passado, a preservação da memória material e imaterial e a formação da consciência a respeito das relações sociais anteriores. Com isso, entendemos que as rugosidades, não esgotam em si os fatores passíveis de interpretação, mas vem contribuir para a formação do arcabouço teórico da Arqueologia.

Ambas as disciplinas buscam o conhecimento da gênese das formas e dos estratos que compõem os espaços. As camadas são os processos históricos que nele atuaram e o modificaram. Ao longo dos últimos dois séculos essas camadas tem se formado mais rapidamente.

Esse processo de formação foi acelerado pelas novas tecnologias, pelo desenvolvimento econômico e o crescimento da população, produzindo distorções e contrastes, pois não se considerou e tampouco se tratou de forma responsável, as camadas antigas, tendo sido estas singularmente esquecidas – e até varridas.

Analogamente, os espaços do período atual, principalmente os urbanos, lidam com dilemas semelhantes aos dos palimpsestos, cujos textos foram eliminados para permitir a reutilização da matriz.

Segundo David Harvey (2003: 69), geógrafo inglês e renomado pesquisador do período atual, o “pós-modernismo cultiva (...) um conceito do tecido urbano como algo necessariamente fragmentado, um ‘palimpsesto’ de formas passadas superpostas umas às outras e uma ‘colagem’ de usos correntes, muitos dos quais podem ser efêmeros”.

As camadas antigas e suas rugosidades, sendo marcas impressas no espaço deixadas por formações ocorridas em tempos anteriores, geram atrito conflituoso entre o novo e o antigo (SANTOS, 2012).

Perceptíveis, as necessidades dos espaços antigos e dos espaços da atualidade são distintas, essa diferença promove tensão, embates e mudanças. As mudanças, em geral, tendem a modificar as camadas anteriores. Essas mudanças podem ser observadas tanto nos processos sociais como também nos objetos materiais.



Contudo, espera-se que nos espaços históricos transformados existam traços que remetam ao passado, ainda que as dinâmicas dos espaços contemporâneos sejam diferentes das que consolidaram as estruturas espaciais no passado.

Para isso, é necessário manter os traços antigos e não descartá-los, em um cenário em que as pressões exercidas sobre as estruturas espaciais são originadas pela tensão entre a mutação dos processos sociais, a lógica de acumulação do capital e seus reflexos no espaço geográfico.

Essa tensão levanta uma questão vital: como planejar a construção da próxima camada do palimpsesto de forma a satisfazer os anseios e as necessidades do futuro, sem agredir, em medida razoável, as camadas anteriores?

Um evidente tratamento de descarte tem sido dado para grande parte das rugosidades espaciais, especialmente as urbanas, aos espaços abandonados como fábricas antigas, velhos galpões e sítios históricos entre outros. Além de inadequado e ineficiente, esse processo apenas perpetua e faz elevar possíveis rupturas e tensões sociais, ademais, anuncia a perda da memória social histórica.

Ainda que possamos constatar atualmente um aumento da visibilidade dos bens culturais e naturais do mundo, ou seja, a valorização contemporânea do patrimônio, as ações de refuncionalização desses espaços históricos e o denominado turismo cultural, quase sempre distorcido e desenfreado, somente explicitam a dialética entre cultura e mercadoria. Sobre esse fenômeno de mercantilização do patrimônio histórico, o arqueólogo Neil Silberman⁸ aponta "o passado tem sido apresentado como um parque temático" (2004: 11).

Há no quadro atual uma evidente polarização de propósitos e intenções. Por um lado, a opinião pública deseja preservação, intensificação e a reconstrução. Já as modernizações do capital, atuam no sentido de negar o passado, reconstruir totalmente diferente a vida e os espaços ou inseri-los na lógica de mercado através de ações exógenas à preservação genuína do patrimônio. Como destacado por Luchiari, "na arena econômica [atual], a tradicional subjetividade da cultura foi incorporada a uma racionalidade que busca legitimar identidades hegemônicas" (LUCIARI, 2005: 95).

Essas ações geram, não poucas vezes, danos aos grupos sociais e à busca por igualdade. A compreensão histórica deve ser completa para resistir e não se tornar apenas um

⁸ Neil Silberman é referência mundial em estudos sobre patrimônio e memória. Professor da Universidade de Massachusetts (Amherst). Em 2012, por convite do LAP - Laboratório de Arqueologia Pública / IFCH - UNICAMP, ministrou cursos e palestras no Brasil.



dado sem significado, como afirma o geógrafo e historiador David Lowenthal, "Quanto mais realista parece a reconstrução do passado mais ela é parte do presente" (1994: 302).

Neste sentido, o aprofundamento das discussões acerca do patrimônio cultural torna-se essencial diante da necessidade de interpretação das transformações sócio-espaciais provenientes da ligação entre patrimônio, políticas públicas e mercado.

Geralmente associadas ao planejamento de estratégias e gestão territorial do patrimônio em múltiplas escalas, as análises geográficas ligadas ao patrimônio possibilitam também a compreensão dos aspectos funcionais, formais e normativos desses bens.

Sendo, sobretudo, abrangentes instrumentos de análise para o entendimento da importância dos novos significados políticos, econômicos, sociais e culturais imputados ao patrimônio cultural, não somente em nível macro, mas principalmente no nível das sociedades locais.

Entende-se, enfim, que além do olhar para o patrimônio cultural, que une Geografia e Arqueologia, outras pontes de diálogo estão sendo construídas, possibilitando que essas ciências tenham uma fecunda interdisciplinaridade, pois ambas tem um papel vital na construção do futuro.

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. [1994]. *Obras Escolhidas*, Tradução: Sérgio Paulo Rouanet, 7. ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994.

CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo. "Memória e Patrimônio: diversidade e identidades". *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 2, n. 2, 7-16, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *Arqueologia*. 2. ed. São Paulo, Editora Contexto, 2006.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma perspectiva sobre as origens da mudança cultural*. 11. ed. São Paulo, Loyola, 2003.

LEFF, E. *Aventuras da epistemologia ambiental - da articulação das ciências ao diálogo de saberes*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

LOWENTHAL, David. Conclusion: "Archaeologists and Others". In: *The Politics of the Past*, edited by P. Gathercode and D. Lowenthal, London, Routledge, 1994.

LUCIARI, Maria Tereza Duarte Paes. "A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades". *GEOUSP - Revista Espaço e Tempo*, São Paulo, n.17, p.95-105, 2005.

MOREIRA, Ruy. *Sociedade e Espaço Geográfico no Brasil. Constituição e problemas de relação*. São Paulo, Editora Contexto, 2011.



PELLINI, J.R. “Uma Fisiologia da Paisagem: Locomoção, GIS e Sites Catchment. Uma Nova Perspectiva”. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 17: 23-37, 2007.

RIVERS, R.; KNAPPETT, C.; EVANS, T. “Network Models and Archaeological Spaces” *in: Computational Approaches to Archaeological Spaces*, A.Bevan & Lake, M. (Eds.), Left Coast Press, 2011.

SANTOS, Milton. [1971]. *O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo*. Tradução de: Sandra Lencioni. 5. Ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. [1985]. *Espaço e Método*. 5ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

_____. [1977]. *Espaço e Sociedade*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

_____. [1995]. “A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar”. *Anales de Geografía de La Universidad Complutense*, n.º 15, 695-705. Servicio de Publicaciones. Universidad Complutense. Madrid, 1995.

_____. [1996]. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 4. Ed 7ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SARTRE, Jean-Paul. *Questão de método*. 3. ed. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1972.

SILBERMAN, Neil. *Beyond theme park and digitized data: What can Cultural Heritage technologies contribute to the public understanding of the past*, *in: CAIN et al.* 2004, 9-12.

_____. “Sustainable Heritage? Public Archaeological Interpretation and the Marketed Past” *in: Archaeology and Capitalism: From Ethics to Politics*. Ed. Yannis Hamilakis and Philip Duke. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2007. 179-193.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Disponível em: <www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>. Acesso em março de 2013.



Resenha: ANTÚNEZ, Carlos Arredondo; HERNÁNDEZ, Odlanyer de Lara; RODRÍGUEZ, Bóris Tápanes. *Esclavos y cimarrones en Cuba: arqueología histórica en la Cueva El Grillete*. Buenos Aires: Instituto Superior del Profesorado Dr. Joaquín V. González – Centro de Investigaciones Precolombinas, 2012. 180p.

Victor Gomes Monteiro¹

O livro “*Esclavos y cimarrones en Cuba: arqueología histórica en La Cueva El Grillete*” foi produzido em conjunto por três autores com distintas áreas de especialidades, todas convergindo para a Arqueologia. Bóris Tápanes e Odlanyer Lara são arqueólogos com certa experiência em escavações em Cuba. Carlos Antunes contribuiu com seu conhecimento em ciências biológicas, zooarqueologia e antropologia física. O livro é uma ótima referência para análise da cultura material de contextos quilombolas ou *cimarrones*, tanto por apresentar possibilidades metodológicas de análise dos materiais, quanto por traçar um panorama geral do movimento *cimarronero*, pelo menos no que se refere à Província de *Matanzas* (região ocidental de Cuba). Ao aprofundar os estudos na “*Cueva El Grillete*” e traçar paralelos com outros sítios de *cimarrones* já estudados, os autores conseguem demonstrar com maior riqueza de detalhes o cotidiano desses indivíduos e salientar o quanto ainda falta ser estudado em termos de Cuba a esse respeito, mesmo com a consciência de que o potencial para este tipo de estudo seja enorme.

O objetivo principal do texto não era propriamente revisar a historiografia a partir do elemento da cultura material, mas sim entender a partir de uma micro-escala, o que é o sítio “*Cueva El Grillete*” e as dinâmicas de sobrevivência dos escravos *cimarrones*. Para tal o acesso a cultura material, munida de uma perspectiva da Arqueologia da Paisagem, que procura entender não somente os sítios arqueológicos isolados de seus meios, mas sim entender as paisagens arqueológicas presentes no espaço geográfico, ou seja, os processos e formas culturais do espaço (Boado, 1999), são de fundamental importância. O alicerce informacional do refúgio *cimarrón* “*Cueva El Grillete*” é somente a documentação arqueológica (cultura material) e os elementos relacionados à paisagem, muito pouco se tem de documentação escrita acerca do local.

Através da organização estrutural dos capítulos é possível perceber que os autores compartilham de uma visão um tanto quanto cartesiana de divisão entre “dados históricos” e “dados arqueológicos”, ou de isolamento de elementos que deveriam estar em constante

¹ Bacharel em História pela UFPel (2012). Pesquisador Associado do LÂMINA.

diálogo, que é o contexto histórico (proveniente de documentos escritos) em consonância com o contexto arqueológico (criado por todos elementos da cultura material). Essa divisão fica bem nítida com a escolha de deixar o segundo capítulo destinado a descrição e apresentação dos “dados históricos” e os seguintes capítulos (3º; 4º 5º) para os “dados arqueológicos”, sem tratar as fontes ditas históricas como potencialmente elucidativas da vida material dos *cimarrones*, ou seja, sem considerar esta documentação escrita como sendo portadora de materialidade e vetor da cultura material, tanto em seu conteúdo escrito, onde pululam referências a respeito das “materialidades do passado”, como na sua própria materialidade de documento constituído de suporte físico específico.

Na introdução os autores fazem uma análise da gênese até a atualidade da pesquisa em arqueológica histórica em Cuba, observando que até os anos 1960 as pesquisas se focavam muito nos estudos das elites nas sociedades coloniais. Os estudos em arqueologia da escravidão e dos *cimarrones* em Cuba, só vão se reverter em estudos sistematizados e de maior profundidade a partir dos anos 1990, principalmente pelas investigações realizados por Gabino La Rosa (1989; 1991). O grosso das publicações arqueológicas de escravidão e *cimarrones* se deram nas alturas de *Habana-Matanzas*. Nas regiões de *Limonar*, *Coliseo* e *San Antonio de los Baños*, não se tem proliferado estudos, mesmo com o potencial dessas regiões. Por outro lado a densidade e o contexto das plantações de café e açúcar de *Habana-Matanzas* tem sido, do ponto de vista arqueológico, bem estudadas.

O segundo capítulo “*Algunos datos históricos*”, é dividido em duas partes. Num primeiro momento são apresentadas as informações de cunho contextual e histórico da região de *Matanzas*, desde a formação da indústria açucareira e da introdução da mão de obra escrava, ao processo de *cimarronaje*. Através de uma série de dados oficiais colhidos junto aos Arquivos da Província de *Matanzas* e outros locais, os autores traçam um cenário da rebeldia escrava na região com os focos de fugas e conseqüentemente de caça aos *cimarrones*. Num segundo momento os autores discorrem a respeito das autoridades locais e dos indivíduos responsáveis pela manutenção e execução do sistema repressivo e coercitivo do sistema escravista cubano: os *rancheadores*. A documentação produzida pelos *rancheadores* em suas “batidas de caça” são uma das mais ricas fontes de informação da dinâmica e estratégias de sobrevivência dos *cimarrones*, como também do poder repressivo que buscava o extermínio desse fenômeno social. Através de seus “relatórios”, eles descreviam de certa maneira o cotidiano dos *cimarrones*, ao elencar as características de seus refúgios, a cultura material presente nessas habitações e informações sobre os escravos capturados ou executados.



Esse registro das atividades dos *rancheadores* era além de uma obrigação burocrática, uma estratégia para melhor entender a dinâmica dos *cimarrones*.

Um ponto que merece destaque nesse capítulo, pelo menos para quem trabalha com resistência escrava, rebeliões e quilombolas no Brasil, é o registro da preocupação dos senhores e administradores locais da região de *Guamacaro*, de uma possível conspiração escrava que acabou não tomando proporções maiores em 1830. Saliento essa parte, por perceber que as notícias de conspirações escravas (em grande escala), mesmo na maioria das vezes não passando de boatos ou não chegando a se concretizar, são processos que permeiam tanto Cuba quanto o Brasil, como no exemplo da suspeita de uma conspiração escrava na província do Rio Grande de São Pedro nas primeiras décadas do séc. XIX (Maestri, 1984, p.145-146) ou do temor das autoridades da cidade de Pelotas para a possibilidade de uma revolta em massa dos cativos locais, incentivado por elementos estrangeiros (Monteiro, 2012).

Os autores mantêm uma divisão, proveniente do trabalho de Gabino La Rosa Corzo (1989; 1991), entre *cimarronaje* simple, que seria o primeiro nível de resistência, e as quadrilhas de *cimarrones*, que consistiam de grupos armados, que se deslocavam de um local a outro sem praticar agricultura, vivendo de caça, pesca, e roubos, estes faziam parte da resistência ativa. Essa divisão entre resistência ativa e passiva é pouco produtiva e não leva em consideração as resistências cotidianas e simbólicas, que não se encontram necessariamente no campo da resistência física direta.

No terceiro capítulo “*Trabajos arqueológicos en Matanzas*” os autores elencam uma série de trabalhos arqueológicos desenvolvidos na região de *Matanzas* (*Cafetal La Dionisia; Cueva El Garrafón o Mural; Cueva Los Cristales; etc.*). Salientam que são poucos os trabalhos executados com relação a potencialidade de pesquisa na região. As pesquisas relacionadas à escravidão não são propriamente relacionados ao *cimarron*, proporcionando na maioria das vezes um panorama contextual e sócio-político em que estavam inseridos os escravos. Os autores salientam que seguem para este trabalho o espaço natural de *Matanzas* em que se moveram os *cimarrones*, e não exatamente uma representação objetiva dos limites territoriais da província.

No quarto capítulo “*La Cueva El Grillete*” os autores entram no objeto específico das suas pesquisas que é o sítio “*El Grillete*” em *Matanzas*. Os dados arqueológicos retirados da “*Cueva El Grillete*” são analisados nas primeiras páginas do capítulo, relegando-se o final ao desenvolvimento e aplicação do conceito de paisagem.

Nessa parte do livro os autores descrevem de forma mais detida os aspectos metodológicos e contextuais da cultura material que dá base para produção deste trabalho.



Nesta primeira sessão do capítulo são descritos os dados quantitativos e de análise tipológica dos materiais, com destaque aos objetos de maior relevância para o entendimento da vida dos *cimarrones* que viveram naquele local. Ao final do capítulo os autores apresentam alguns aspectos do que entendem por paisagem e desenvolvem esse conceito baseando-se no sítio “*Cueva El Grillete*”. O estudo da Arqueologia da Paisagem é um aspecto até então não sistematicamente estudado em Cuba e de grande potencial para o estudo dos escravos *cimarrones*. Pela perspectiva que os autores seguem a paisagem não é mais estática, da ordem física e ambiental, mas sim é vista como construção social, imaginária, enraizada a cultura. Por esse motivo se propõe como objetivo deste trabalho entender paisagens arqueológicas, ou seja, os processos e formas de culturalização do espaço. Inspirados em Criado Boado (1999), entendem a paisagem como um produto social, com três dimensões espaciais intrínsecas e relacionais: o espaço como meio físico ou ambiental da ação humana; o espaço enquanto meio construído pelo ser humano, onde se produzem as relações entre indivíduos e grupos; e o espaço enquanto meio pensado e simbólico que oferece a base para desenvolver e compreender a apropriação humana da natureza.

Seguindo essa linha de pensamento, os autores desenham cada um dos espaços com relação ao sítio estudado. O espaço natural diria respeito às elevações onde se encontra a “*Cueva El Grillete*” e que constituem a *Sierra de Guamacaro*. O espaço como meio construído poderia ser percebido, através da geografia das elevações da *Sierra de Guanamacaro*, que permitem inferir de certa maneira as possíveis vias de trânsito e a mobilidade dos *cimarrones* nessa zona. Por último os autores destacam o espaço como meio simbólico, que se demonstraria na cultura material através de elementos que poderiam conformar aspectos de religiões afro-cubanas. Certo para os pesquisadores é que a construção do mundo *cimarrón* não se limitou apenas a cultura material, mas também ao uso dos meios naturais, especialmente dos sistemas montanhosos e das covas que formataram parte imprescindível de suas vidas.

O quinto e último capítulo “*Zooarqueología de la cueva el grillete*” apresenta especificamente a pesquisa da fauna presente no sítio, com análise bastante detalhada de cada especificidade dos materiais ósseos e conseqüentemente da dieta alimentar dos *cimarrones* que em algum momento habitaram aquele local. Em resumo é possível depreender a partir da análise zooarqueológica dos materiais do sítio, que os *cimarrones* obtinham sua sobrevivência muito em função do aproveitamento das diversas espécies introduzidas pelos europeus a fauna nativa e da utilização dos recursos naturais. O registro não intencional ou as informações



deixadas por esses indivíduos no tempo se dá na forma dessa dieta rica em carne animal (proteína), e nos utensílios de uso cotidiano que permanecem no registro arqueológico.

No sexto capítulo estão os apontamentos finais. Os autores ressaltam o valor dos estudos em arqueologia para dar luz a esse fenômeno social do séc. XIX que foram os *cimarrones*. As características geográficas e ambientais do sítio estudado “*Cueva El Grillete*” permitiram a conservação e preservação natural desses materiais tanto da ação do clima tropical como da ação antrópica. Artefatos como armas, vasilhas de cerâmica, recipientes e contas de vidro, cachimbos, três fogões e abundantes restos ósseos de animais, conformaram o espaço de habitação temporal dos *cimarrones* que ali estiveram. O auge do fenômeno da *cimarronaje* na área teria sido os anos de 1820 a 1840, no entanto as evidências arqueológicas apresentadas neste livro inclinam os autores a pensar em outro momento de habitação que se estabeleceria entre 1840 e 1886, próximo a abolição da escravatura em Cuba.

Referências bibliográficas

BOADO, Felipe Criado. *Del terreno al espacio: planteamientos y perspectivas para La Arqueología del Paisaje*. Capa 6. Grupo de Investigación em Arqueología del Paisaje, Universidad de Santiago de Compostela, 1999.

CORZO, Gabino La Rosa. *Armas y tácticas defensivas de los cimarrones em Cuba*. Reporte de Investigación del Instituto de Ciencias Históricas. Nº 2. Academia de Ciencias de Cuba. La Habana. 1989.

_____. *Los Palenques em El Oriente de Cuba*. Resistencia y Ocazo. Editorial Academia. La Habana. 1991.

MAESTRI, Mário. *A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: EST, 1984.

MONTEIRO, Victor Gomes. *Um inventário do medo: a Pelotas escravista e a representação do medo através das Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1832-1850)*. 2012. Trabalho Acadêmico – Curso de História. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2012.